



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 87/2025

Maceió, 18 de julho de 2025.

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 480/2023 que ***implantação do sistema de rede subterrânea de cabeamento para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas.***”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 480/2023, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O presente prospecto legislativo, ao determinar a implantação de rede subterrânea de cabeamento para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, incorre em inconstitucionalidade formal por invadir a competência privativa da União para legislar sobre o tema.

Isto porque, a Constituição Federal, em seu art. 21, inciso XII, alínea *b*, e art. 22, inciso IV, estabelecem de forma clara que compete privativamente à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica, bem como legislar sobre o tema.

Essa prerrogativa federal, de natureza exauriente, visa assegurar a uniformidade regulatória, a estabilidade do ambiente de negócios e a eficiência na prestação de um serviço público essencial e de interesse nacional, cuja complexidade técnica e econômica exige uma coordenação centralizada.

Ainda, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF é pacífica nesse sentido, consolidando o entendimento de que qualquer intervenção de Estados ou Municípios que crie obrigações onerosas ou que modifique as condições de prestação dos serviços de energia elétrica, estabelecidas pela União e por meio dos contratos de concessão, configura usurpação de competência.

Desta feita, a determinação contida no Projeto de Lei nº 480/2023, por tratar de matéria afeta à prestação de serviços de energia elétrica, de competência privativa da União, padece de vício de inconstitucionalidade formal insanável.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 480/2023, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS

Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA

Publicada no Suplemento DOE de 21/7/2025.